

AMMP NOTÍCIAS



Congresso Estadual: diálogo e inovação marcam a edição deste ano

Editorial

Questões institucionais relevantes

Caros(as) associados(as),

O último mês foi bastante ativo na nossa Associação. Realizamos a XIV edição do nosso Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais, nos dias 04 e 05 de agosto, no Centro de Convenções do Hotel Mercure Lourdes. Foi uma oportunidade única para reunir os associados e celebrar o momento de reflexão sobre o futuro do MP, com o tema: "Caminhos do Ministério Público e as fronteiras da inovação". Foi muito satisfatório reunir novamente nossos membros para o evento, tão tradicional e marcante na história da AMMP. Mais sobre a programação científica – que contou com autoridades e palestrantes das mais diversas áreas e nomes importantes da comunicação, além de painéis e teses – podem ser conferidos em nossa cobertura especial.

Além de produzir um grandioso evento como nosso Congresso, as questões institucionais relevantes aos associados seguem sob cuidadoso olhar da AMMP junto à CONAMP. Seguimos no constante diálogo e permanente luta pela política remuneratória. Permanecemos estreitando laços institucionais, como pode ser acompanhado em nossa editoria "Em Dia".

Já o artigo deste mês fica a cargo do associado e Promotor de Justiça Lucas Romão Silva, sobre o tema: "Os efeitos práticos da política penitenciária do Supremo Tribunal Federal: análise do Estado de Minas Gerais".

Por fim, ressaltamos a importância de nossas ações solidárias. Por meio de ações desenvolvidas pelo assessor da Presidência para Campanhas Solidárias da AMMP, o Promotor de Justiça Fabiano Furlan, entregamos lanches e cobertores para pessoas em situação de rua que estão sofrendo com o período de frio em nosso estado.

Diretoria AMMP

Sumário

- AMMP segue lutando pela valorização da política remuneratória.....3
- Em Dia.....4
- Por Dentro da AMMP.....7
- AMMP realiza XIV Congresso Estadual do Ministério Público.....9
- Compromisso com a verdade: o elo entre o jornalismo de qualidade e o Ministério Público.....13
- Painel da Academia de Letras valoriza a literatura no âmbito do MP.....15
- Anastasia reforça a importância de buscar adaptações diante da inovação.....16
- As hepatites virais no Brasil.....20



Presidente:
Larissa Rodrigues Amaral

1º vice-presidente:
Luz Maria Romanelli de Castro

2º vice-presidente:
Francisco Chaves Generoso

3º vice-presidente:
Fabrício Marques Ferragini

4º vice-presidente:
Vinicius Bigonha Cancela Moraes de Melo

1º diretora administrativa:
Vanessa Fusco Nogueira Simões

2º diretor administrativo:
Fernanda Caram Monteiro

1º diretor financeiro:
José Silvério Perdigão de Oliveira

2º diretor financeiro:
Júnia Barroso Oliveira Balsamão

Conselho Deliberativo | Capital
Iraídes de Oliveira Marques Caillaux
Josélia de Almeida Santos
Luiz Alberto de Almeida Magalhães
Marcos Viola de Carvalho
Patrícia Ribeiro de Oliveira
Paulo Roberto Moreira Cançado
Reyvani Jabour Ribeiro

Conselho Deliberativo | Interior
Calixto Oliveira Souza
Fábio Soares Guimarães Filho
Fernando de Abreu Mendes
Fernanda de Paula Silva
Hélio Pedro Soares
Samuel Saraiva Cavalcante
Wagner Marteleto Filho

Conselho Fiscal
Antônio José Leal
Décio Monteiro Moraes
Epaminondas da Costa
Flavia Mussi Bueno do Couto
João Paulo Fernandes
Júlia Matos Frossard

Jornalista
Damiany Coelho

Diagramação
BoaVista Produção Gráfica

700 exemplares

**Rua Timbiras, 2.928
Barro Preto
30140-062
Belo Horizonte/MG
ammp@ammp.org.br
www.ammp.org.br**

AMMP segue lutando pela valorização da política remuneratória

A AMMP, juntamente com a CONAMP e entidades afiliadas, continuam acompanhando e trabalhando atentamente as pautas de interesse da classe, especialmente no tocante à recomposição dos subsídios, o acompanhamento da PEC 63/13 e o PL do Extrateto.

O recente projeto de recomposição inflacionária, aprovado pelo STF, com a proposta de aplicação do percentual de 18%, em 4 parcelas, sendo duas no ano de 2023 e duas no ano de 2024 está sendo acompanhado. Após as eleições, o PL poderá ser votado pelo Congresso Nacional, salientando que o processo legislativo se inicia pela Câmara dos Deputados.

A respeito do assunto, nos dias 08 e 09/08, a AMMP encaminhou aos associados comunicados da Conamp e da Frentas (Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público).

Além disso, a PEC 63/13 (Valorização do Tempo de Magistratura e Ministério Público) continua sendo objeto de acompanhamento e de trabalho junto os Senadores para sua aprovação, independente de eventual aprovação da recomposição do subsídio.

Simultaneamente, a AMMP, CONAMP e outras entidades afiliadas continuam acompanhando o PL do Extrateto, velando pela higiene de nossa política remun-

neratória.

Ainda no campo institucional, atenta as matérias de interesse da classe, a Conamp atuou como amicus curiae no ARE 843989, realizando sustentação oral, defendendo a irretroatividade das alterações na Lei de Improbidade Administrativa. Em julgamento, o STF entendeu pela irretroatividade das alterações promovidas pela Lei 14230/2021 na Lei de Improbidade Administrativa a casos não intencionais (culposos) com condenações definitivas e em processos na fase de execução das penas. Também se entendeu pela irretroatividade dos novos prazos prescricionais, que passam a contar a

partir de 26/10/2021, data de publicação da norma.

Ainda, a AMMP trabalhou ativamente junto a Conamp para o ajuizamento de ADPF em face de decreto (Decreto 11.150/2022) que regulamenta o mínimo existencial sem observância da proteção eficiente. A ação foi ajuizada a partir de informações levadas ao conhecimento da Conamp pelo BRASILCON (Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor) e MPCON (Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público do Consumidor). A ADPF é de relatoria do Ministro André Mendonça.

(Com informações da Conamp)

AMMP ACOMPANHA//

Projeto do MPMG combate violência doméstica contra a mulher em Caeté

A 2ª Promotoria de Justiça de Caeté instaurou o "Projeto Social Enfrentamento da Violência Doméstica Contra a Mulher" com o propósito de fortalecer a atuação integrada de todos os serviços que atendem às mulheres em situação de violência doméstica. A iniciativa da Promotora de Justiça Luciana Perpetua Correa Crawford vai atender os outros municípios da comarca de Caeté.

A ação é motivada pelo

aumento de casos de violência contra a mulher na comarca e a necessidade de integração dos órgãos e instituições para aprimorar o trabalho realizado e o cumprimento integral da Lei Maria da Penha.

A atividade inaugural do projeto foi realizada em 24 de junho, na sede da Promotoria, com a presença do Delegado de Polícia, da secretária de Assistência Social, das procuradoras do Município e do Centro de

Referência Especializada de Assistência Social (Creas), das profissionais do Creas, do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e do Centro de Atenção Psicossocial, da Secretária da Educação, dos representantes da Polícia Militar, inclusive da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica (PPVD), de integrantes da Promotoria de Justiça, entre outros.

No encontro, foi definida a criação de novos espaços para melhor acolhimento e

atendimento às mulheres e meninas (Casa da Mulher) e a permanente formação e capacitação dos funcionários, servidores e todos os envolvidos no atendimento das vítimas. Foi solicitado apoio ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Especializadas no Combate à Violência Doméstica (CAO-VD) para todas as ações, o que foi acolhido.

(Com informações do MPMG)

Diretoria da AMMP participa de inauguração do TRF-6 em BH



A Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, participou da solenidade de instalação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), em Belo Horizonte, no dia 19 de agosto, ocasião em que foram empossados os novos desembargadores e também foram eleitos a Presi-

dente da Corte, Mônica Sifuentes e Desembargador Vallisney de Souza Oliveira, que assume os cargos de Vice-Presidente e Corregedor-Geral.

A cerimônia foi conduzida pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Humberto Martins.

Diretoria participa de solenidade do projeto "O grito do bicho"



A vice-presidente da AMMP, Luz Maria Romanelli de Castro, esteve presente

no evento de inauguração do projeto "O grito do bicho", no dia 08 de julho, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado.

A iniciativa do MPMG tem como propósito selecionar pessoas e instituições ligadas à proteção animal para receber insumos e produtos. (Com informações do MPMG)



Presidente da AMMP ministra palestra de abertura no IMEPAC

A Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, ministrou, no dia 08 de agosto, palestra na Semana Jurídica, no evento "Direito e Democracia: o futuro começa agora", promovido pelo Instituto Master

de Ensino Presidente Antônio Carlos – IMEPAC.

O evento foi realizado na sede do instituto, em Araguari, com transmissão pelas redes sociais da instituição de ensino.

AMMP participa de reunião com PGJ em Conselheiro Lafaiete



A Vice-Presidente da AMMP, Luz Maria Romanelli de Castro, representou a Associação na reunião com o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, Jarbas Soares Junior, a Administração Superior do MP e os promotores de Justiça da região em Conselheiro Lafaiete, no dia 22 de agosto, debatendo temas importantes para o trabalho na Instituição.

Diretoria participa de reuniões da CONAMP



No dia 11 de agosto, a presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, participou

de reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da CONAMP, em Gramado, duran-

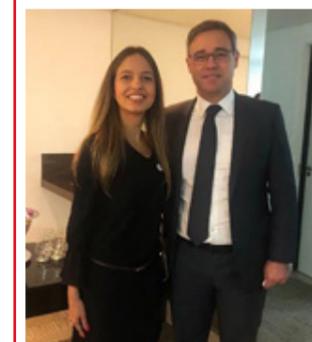
te o Congresso Estadual do MP do Rio Grande do Sul. Na oportunidade, foram tratadas pautas como o Código de Ética de Conduta para o Ministério Público e o recente projeto de recomposição inflacionária definido pelo Supremo Tribunal Federal.

Já no dia 24, ocorreu a reunião ordinária da Conamp, em Brasília, com presença da AMMP. Na oportunidade, foram tratadas pautas como política remuneratória, improbidade administrativa, entre outros temas de interesse da classe.

Presidente da AMMP participa de evento da Fiemg

A Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, participou, no dia 08 de agosto, do encerramento da segunda capacitação política da Fiemg.

O Ministro do STF, André Mendonça, proferiu a palestra de encerramento do evento.



Secretário de Estado visita AMMP



No dia 29 de junho, a Diretoria da AMMP recebeu o secretário-geral do Estado de Minas Gerais, Marcel Dornas Beghini, para uma visita institucional, visando ao fortalecimento de laços com o Estado.

Diretoria participa do Encontro do MPMG em Uberaba



No dia 07 de julho, a vice-presidente da AMMP, Luz Maria Romanelli de Castro, participou do Encontro do MPMG em Uberaba. O evento reuniu os membros do Triângulo Sul.

Conselheiro do CNMP é recebido na sede da AMMP



No dia 20 de julho, a Diretoria da AMMP recebeu visita de cortesia do Conselheiro do CNMP Paulo Passos e do chefe de gabinete, Lindomar Tiago Rodrigues.

Diretoria da AMMP participa de seminário do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do MPMG

Nos dias 30 de junho e 01º de julho, o CEAF promoveu o evento "Os Controles de constitucionalidade e convencionalidade sob a óptica do Ministério Público Brasileiro". A vice-presidente da AMMP, Luz Maria Romanelli de Castro, participou da solenidade de

abertura da programação e foi a presidente de mesa do painel "O Direito Penal e Processo Penal Constitucional".

O seminário, que teve como público os membros do MPMG e convidados, aconteceu no Auditório Carandá, na UNI-BH.



Diretoria presente em Encontro Regional de Viçosa

A Vice-Presidente da AMMP, Luz Maria Romanelli de Castro, participou do encontro regional promovido pela Procuradoria-Geral de Justiça, desta vez ocorrido em Viçosa, na Zona da Mata mineira, juntamente com

o Diretor de Esportes, Vinicius Bigonha, e o Diretor da AMMP Saúde, Fabrício Ferragini.

O evento é uma oportunidade de integração entre Instituição e Promotores(as) de Justiça da região.



AMMP prestigia posse de diretoria da AMPEP



O Diretor Financeiro da AMMP, José Silvério Perdigão, esteve em Belém no dia 19 de agosto para a cerimônia de posse da Diretoria da Associação do Ministério Público do Estado do Pará, biênio 2022/2024.

A chapa é liderada pelo presidente eleito Alexandre Tourinho, tendo como vice a Promotora Fábria de Melo-Fournier.

Reunião com colegas em Juiz de Fora



A Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, a Vice-Presidente da AMMP, Luz Maria Romanelli de Castro e o Diretor Financeiro José Silvério Perdigão participaram, no dia 18 de julho, de reunião com os colegas da região de Juiz de Fora para debater temas importantes aos Promotores (as) locais.

Apoio ao Projeto Corre Legal

Foi realizada, em junho, no Centro de Treinamento Esportivo da UFMG, a prova de atletismo do Projeto Corre Legal. A iniciativa, criada por juizes da Vara Infracional da Infância e Juventude de Belo Horizonte com a intenção de utilizar o esporte como meio de reeducação social, recebeu o apoio material da AMMP.

A Associação doou meias, camisas e medalhas para a corrida, que contou com a participação dos adolescentes, educadores das unidades de semiliberdade e voluntários.

Homenagem a José Antero Monteiro Filho



Durante o evento, também foi prestada uma homenagem ao ex-Presidente da AMMP e ex-Procurador Geral de Justiça de Minas Gerais, José Antero Monteiro Filho, por suas valiosas contribuições ao Ministério Público Mineiro.

Prestigiaram a homenagem os ex-presidentes da AMMP,

Alceu Torres Marques, Amanda Prates, Castellar Modesto Guimarães Filho, Eneias Xavier Gomes, Epaminondas Fulgêncio Neto, Flodesmift Riani, Joaquim Cabral Netto, José Silvério Perdigão, Nedens Ulisses Freire Vieira, Mauro Flávio Ferreira Brandão e Rômulo de Carvalho Ferraz.

Conexão AMMP traz à tona o Direito de Família

O Conexão AMMP conta com a presença de Dimas Messias de Carvalho, Promotor de Justiça aposentado, escritor com mais de 30 livros publicados e especialista no tema Direito de Família.

Na entrevista com o jornalista Orion Teixeira, o Promotor remonta à história do direito de família até as suas principais atualizações, que passam pelo processo de evolução da sociedade



e da própria jurisdição.

Para assistir à entrevista completa, acesse nosso canal no YouTube.



Chá das 3 conta com homenagens

No dia 5 de julho, a AMMP realizou mais um Chá das 3 para aposentados(as) e pensionistas, na sede.

Participaram do encontro com os associados a vice-presidente da AMMP, Luz Maria Romanelli de Castro, e o diretor financeiro, José Silvério Perdigão.

No dia 02 de agosto, foi a vez de reunir nossos associa-

dos e associadas para mais uma edição do Chá das 3. Desta vez, foram comemorados os aniversários dos Procuradores de Justiça aposentados Arnaldo Coelho, Fernando de Abreu Mendes e Antônio José Leal; da Promotora de Justiça aposentada Jane de Oliveira Araújo e da Vice-Presidente da AMMP, Luz Maria Romanelli de Castro.



Vem aí novidade na sede da AMMP

Associados e associadas contarão com um espaço personalizado para realizarem audiências virtuais na sede da AMMP. Esta é mais uma iniciativa para facilitar o trabalho dos (das) Promotores (as) e Procuradores (as) de Justiça, além de integrar ainda mais o (a) associado (a) ao espaço da nossa sede.

Em breve, tratemos mais novidades sobre o projeto!



Diretoria promove reuniões mensais

No dia 4 de julho, a Diretoria da AMMP realizou, em formato híbrido, reunião mensal para tratar de pautas como o lançamento do aplicativo da AMMP-Saúde, eleições virtuais, eventos esportivos, dentre outros.

Já na reunião de agosto, ocorrida no dia 1º, a Diretoria debateu demais temas de interesse da classe, como o Congresso Estadual.

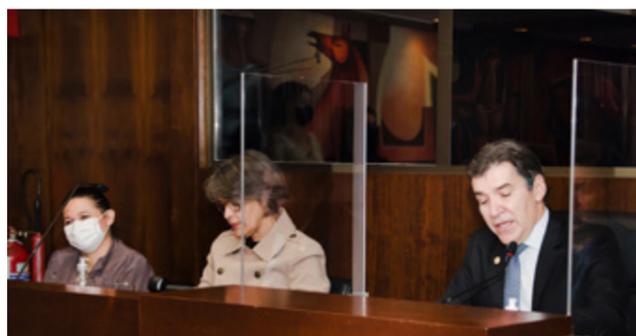
AMMP participa de homenagem a Luiz Carlos Abritta

A vice-presidente da AMMP, Luz Maria Romanelli de Castro, esteve presente, no dia 29 de junho, na homenagem prestada pelo MPMG ao ex-presidente da Associação, Luiz Carlos Abritta.

Abritta foi Procurador de Justiça e também presiden-

te da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG).

Os filhos Sérgio Parreiras Abritta, também associado da AMMP, e Luís Carlos Parreiras Abritta receberam as honrarias.



Festa junina celebrou encontro dos associados

No dia 2 de julho foi realizado o arraial junino da AMMP no Restaurante Xapuri. Como acontece em todos os anos, nossos associados, associadas e familiares aproveitaram as comidas típicas, a música e a quadrilha que fez a alegria das crianças!



Para ver mais fotos da festa, acesse o endereço: www.flickr.com/photos/ammpminas/albums/72177720300400309

AMMP realiza XIV Congresso Estadual do Ministério Público

A Associação Mineira do Ministério Público - AMMP realizou, no período de 4 a 5 de agosto de 2022, o XIV Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais, no Centro de convenções do Hotel Mercure, em Belo Horizonte.

Confirmando as expectativas, o XIV Congresso Estadual discutiu temas focados no exercício das atribuições dos Membros do Ministério Público, em questões econômicas, sociais e ambientais, criminais, debatendo, de forma ampla, a atuação do Ministério Público Mineiro.

O evento foi, ainda, uma oportunidade de estreitamento das relações entre integrantes do parquet mineiro e contou com autoridades renomadas no campo jurídico nacional e internacional e em outras áreas.

Compuseram a mesa de abertura a Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, além das seguintes autoridades: Manoel Murrieta, Presidente da Conamp, Norma Cavalcanti, presidente do CNPG e Procuradora-Geral de Justiça da Bahia, Jarbas Soares Junior, Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais, o Corregedor-Geral do MPMG, Marco Antonio Lopes de Almeida, a Defensora Pública-Geral do Estado, Raquel da Costa Dias, o Presidente do TRE-MG, Desembargador Maurício Torres Soares, o Secretário-Geral de Minas Gerais, Marcel Dornas Beghini, o Procurador-Geral de Belo Horizonte, Hércules Guerra representando a prefeitura de Belo Horizonte, a Vice-Presidente da Amagis, Rosimere Couto, além da 1ª Vice-Presidente da AMMP, Luz Maria Romanelli de Castro e do 2º Vice-Presidente e Diretor Cultural da Associa-



ção, Francisco Generoso.

Durante a celebração de abertura, discursaram o Presidente da Conamp, Manuel Murrieta, a Presidente do CNPG, Norma Cavalcanti, o Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Junior e, por fim, a presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral.

O Presidente da Conamp, Manuel Murrieta iniciou: "Como Promotor, fico cada vez mais emocionado em vir a Minas Gerais quando vejo a vitalidade de renovação que o Ministério Público de Minas traz ao Brasil. É com alegria que a Conamp participa como apoiadora e entusiasta neste evento".

Norma Cavalcanti apontou a importância do evento para a instituição. "Nesses mais de 30 anos, o MP brasileiro obteve conquistas normativas da maior relevância para defender a sociedade, fazendo-se visível a atuação de cada representante do parquet na condução dos interesses do povo brasileiro. Desse modo, este conclave é oportunidade para refletirmos em prol da população".

Jarbas Soares Junior ressaltou: "com alegria verdadeira, encontramos hoje os colegas de todo o estado que vieram até Belo Horizonte buscando o aperfeiçoamento funcional em temas contemporâneos que são cada vez mais exigidos em nossas atividades diárias. O destinatário final da nossa ação, o cidadão, frente aos avanços e transformações sociais, exige da instituição, mais do que nunca, eficiência, protagonismo na defesa dos direitos fundamentais e soluções".

Continua na pág. 10

Por fim, a Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, agradeceu às autoridades que prestigiaram o evento, cumprimentou os membros do MP presentes e falou sobre a escolha do tema desta edição: “Nossa missão é desprender do engessamento, entender a profundezas do ser humano, voar no infinito de possibilidades e no amplo leque de escolhas para soluções e enfrentamento dos desafios refletidos pela sociedade, muito além da utilidade que as ferramentas de tecnologia são capazes de proporcionar. É esse o objetivo de mais um Congresso Estadual realizado pela AMMP. Quais os limites, as fronteiras da inovação? Onde está a nossa essência, como Instituição, para honrar os caminhos que já percorremos, reconhecer as desilusões ante erros já cometidos e marchar rumo ao futuro, ao encontro da inovação aguardada pela sociedade?”.

Abrindo o circuito de palestras do primeiro dia, a ex-Juíza do Tribunal Penal Internacional de Haia, Sylvia Steiner, abordou as atribuições da Procuradoria junto à referida corte, com enfoque nos desafios do Ministério Público contemporâneo.

Na sequência, o Desembargador do TJMMG, Fernando Armando Ribeiro, abordou o direito, literatura e transformação social, tendo como presidente de mesa o Promotor de Justiça Leonardo Costa Coscarelli.

O advogado e ex-Advogado-Geral da União, Fábio Medina Osório, palestrou sobre compliance anticorrupção empresarial. O Promotor de Justiça José Carlos Fernandes Júnior presidiu a mesa.

Fechando as palestras do



dia, a jornalista e escritora Daniela Arbex, autora premiada pelo Prêmio Jabuti, dentre outros, tematizou o jornalismo investigativo e a interface com o Ministério Público. O Diretor Cultural, Francisco Generoso, foi o presidente da mesa.

O segundo dia do XIV Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais provocou debates importantes em diferentes áreas. Nos painéis, destaque para saúde mental, sustentabilidade, direito do consumidor e meio ambiente. Já os tesistas apresentaram discussões sobre direito criminal, cível e áreas especializadas, enquanto os palestrantes debateram sobre comunicação digital, atualizações no direito penal e inovação institucional.

As teses, que provocaram reflexões importantes ao trabalho do MP, foram apresentadas na parte da manhã.

Paralelamente, ocorria o painel sobre “Sustentabilidade

de e desenvolvimento econômico: a importância da interação entre os atores”, presidido pela 2ª Diretora Financeira da AMMP e Presidente da Fundação Escola Superior do MPMG, Júnia Barroso Oliveira Balsação.

O painel contou com dois enfoques: o primeiro abordou questões relacionadas ao meio ambiente, com a participação do Promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto, José Fernando Coura (Sindiextra) e Humberto Alves de Vasconcelos Lima (Future Carbon Group).

Já o segundo enfoque do painel abordou o direito do consumidor, com o Promotor de Justiça Fernando Rodrigues Martins, Carlo Rodrigo Faccio (Instituto Combustível Legal), Guido Silveira (Ipiranga) e Silas Rivelli Jr. (CNSEG).

A Academia de Letras do MPMG também se fez presente no evento, com poemas recitados pelo ex-presidente da AMMP, Joaquim Cabral Netto,

contando com o pronunciamento do presidente da Academia, Duarte Bernardo Gomes e da acadêmica Selma Maria Ribeiro Araújo.

Encerrando o ciclo de painéis, foi abordada a temática da saúde mental no trabalho no âmbito do Ministério Público pela psicóloga e pesquisadora Silvia Generali, sob a presidência do Promotor de Justiça Luciano Moreira de Oliveira.

No início da tarde, os participantes se reuniram para a plenária presidida pela vice-presidente da Associação Mineira do Ministério Público, Luz Maria Romanelli de Castro, oportunidade em que as teses foram votadas.

O Promotor de Justiça e mestre em Direito Penal, Cleber Masson, deu início ao ciclo de palestras. O tema abordado foi “Questões atuais do Direito Penal”. O Promotor de Justiça Lucas Francisco Romão e Silva foi o presidente de mesa.

O jornalista e apresentador Marcelo Tas também esteve presente no evento, propondo reflexões com o tema: “A comunicação na aceleração digital”, tendo como presidente de mesa a Promotora de Justiça Fernanda de Paula Silva.

O XIV Congresso Estadual do Ministério Público foi encerrado com um olhar para o futuro. O Ministro do TCU, Antonio Anastasia, palestrou sobre “Os caminhos do Ministério Público e as fronteiras da inovação”, tema da edição deste ano. Em entrevista para a AMMP, afirmou que “a sociedade avança a galope. Precisamos acompanhar isso”.

Larissa Rodrigues Amaral, Presidente da AMMP, presidiu a mesa, fechando esta edição do Congresso.

Ministério Público Internacional pode ser inspiração para o MP brasileiro, reforça ex-juíza do Tribunal Penal Internacional de Haia

A contemporaneidade e seus desafios foi um dos temas que reger o XIV Congresso Estadual do Ministério Público. Logo na abertura do evento, a ex-juíza do Tribunal Penal Internacional, sediada na cidade da Haia, na Holanda, Sylvia Steiner, trouxe toda a sua expertise para falar sobre as atribuições do Ministério Público na atualidade.

Para a juíza, o Ministério Público tem sido protagonista perante a sociedade desde a Constituição de 88. “Isso se torna visível na medida em que a criminalidade aumenta e que a sociedade começa a cobrar a percepção penal de outros agentes, além dos tradicionais como roubos e furtos. Agora existem demandas para a responsabilização de altos escalões da política, da sociedade em si e do mundo financeiro. Todo esse destaque do MP é muito importante para que a sociedade veja a justiça sendo feita”.



Com toda sua experiência, ela falou sobre o modelo do Ministério Público nas instâncias internacionais o que, segundo ela, reúne muitas das características do MP brasileiro, mas com algumas diferenças. “A principal delas é a responsabilidade do Ministério Público Internacional perante

as vítimas dos crimes internacionais. Esta é uma faceta que aqui no país nós não estamos acostumados a enfrentar. Temos vítimas que são apenas testemunhas ou quando muito assistentes de acusação. No plano internacional, elas têm um protagonismo. Dar assistência a essas pessoas é uma

adaptação importante”.

Sylvia também destacou a importância de usar todas as leis e convenções internacionais. Ela adiciona que as adaptações podem ser difíceis, porém, valorosas. “Chegamos ao tribunal penal com a nossa bagagem, acreditando que o nosso sistema é o que funciona melhor. Mas nos deparamos com a necessidade de ter a humildade de reaprender a trabalhar com um sistema distinto dos nossos. É fascinante. Uma experiência que abre muito nossos olhos”.

Por fim, a ex-juíza do TPI reforça a necessidade de todos os profissionais da área terem acesso à capacitação e aperfeiçoamento para que as instituições sejam cada vez melhores e próximas da população. “Esse sentimento de que a justiça foi feita é o que toda pessoa, da mais simples a mais sofisticada, espera do funcionamento e das instituições judiciais do país”, conclui.

Fábio Medina Osório aborda compliance anticorrupção em palestra

O advogado e ex-Advogado-Geral da União, Fábio Medina Osório, palestrou sobre compliance anticorrupção empresarial, pontuando que o assunto cria “um novo espaço de protagonismo para o Ministério Público brasileiro, ao lado de outros órgãos importantes, como a Controladoria-Geral da União”.

Durante o Congresso, Fábio Medina esclareceu os papéis do Ministério Público na aplicação da lei anticorrupção empresarial.

Também foi dado destaque ao compliance efetivo (que



pode evitar condutas corruptoras das empresas e colaboradores), que deve ser avalia-

do a partir da investigação do MP brasileiro, mostrando ser um tema atual e relevante

para o trabalho dos Procuradores (as) e Promotores (as) de Justiça.

Fernando Armando Ribeiro aposta na imaginação institucional



O Desembargador do TJMMG, Fernando Armando Ribeiro, foi responsável pela palestra: “Imaginar para inovar: direito, literatura e transformação social”, ocorrida no primeiro dia de Congresso. “Acredito que vivemos em um momento histórico em que temos de aproveitar os recursos tecnológicos para canalizarmos a imaginação e repensar, inclusive, o plano das normas”, propôs o palestrante.

Fernando Armando apontou que a sociedade tem a tendência de encarar essa realidade normativa-institucional como se fosse algo “quase natural”, quando, na verdade, as instituições são criadas e concebidas pelo ser humano. Portanto, exigem – até para te-

rem uma coerência histórica – um aprimoramento, que será muito efetivo e inclusivo se conseguir canalizar a imaginação de cada cidadão e cidadã, para que as grandes estruturas possam ser repensadas a partir dessas imaginações individuais.

Sobre importância dada ao tema pelo Congresso, o Desembargador aponta: “os momentos de crise historicamente se revelam como propícios à transformação. Junto à pungência tecnológica, acredito que precisamos ter o cuidado e abertura para que esses recursos estejam a serviço da imaginação criativa individual e levem o ser humano a novos patamares, inclusive de organização social”, concluiu.

Marcelo Tas fala sobre aceleração digital e seus impactos

O jornalista e apresentador Marcelo Tas também foi um dos palestrantes do Congresso, propondo reflexões sobre novas formas de se comunicar na sociedade atual.

Tas destacou que, para compreender o conceito de aceleração digital, é importante refletir sobre as mudanças que têm acontecido na nossa sociedade. “Precisamos nos questionar sobre a velocidade com que isso tem acontecido. Para o setor de Justiça, pode ser importante ter dados e diálogo com tantas pessoas que estão nessa grande rede que se chama internet. Hoje, inevitavelmente, somos mediados por ela. Neste sentido, é interessante que todos saibam usar esses dados, sem medo do algoritmo”.

Para contextualizar, o comunicador exemplifica a aceleração digital em números. “Dados mostram que, em ju-



lho, mais da metade dos habitantes do planeta estavam conectados. O tráfego aumentou 20% durante a pandemia. Além disso, precisamos destacar a existência do celular, uma vez que esse aparelho transformou radicalmente a comunicação”.

Mas não são apenas pontos positivos trazidos com essa inovação. O excesso de informação, acelerado pelo uso excessivo do celular, trouxe um fenômeno chamado “infodemia”: “Ou seja, o acesso a tantos temas, principalmente as notícias erradas, causou tanto

mal para as pessoas quanto o próprio vírus. Por isso, os estudiosos foram procurar entender o que estava dentro de uma fake news. E perceberam que a maior parte das notícias falsas são fatos levemente alterados, ou seja, com um olhar enviesado”.

Compromisso com a verdade: o elo entre o jornalismo de qualidade e o Ministério Público

Assim como o Ministério Público, a imprensa também deve cumprir o papel de restaurar e defender a verdade. Foi exatamente essa conexão que a jornalista Daniela Arbex, vencedora do Prêmio Jabuti, fez em sua palestra no XIV Congresso Estadual do Ministério Público.

Durante a palestra, Daniela mostrou detalhes das investigações jornalísticas que deram origem aos seus livros. E é nesse ponto que, para ela, jornalismo e Ministério Público estão interligados. “Eu tenho livros que foram usados em investigações importantes do MP, ao passo que importantes investigações do MP foram fundamentais na construção do meu último livro [que detalha a tragédia em Brumadinho]. Essa troca é super benéfica e só faz a sociedade ganhar”.

Ela destaca que, apesar de a comunicação e o direito possuírem naturezas distintas, existem algumas convergên-

cias. “Como repórter, eu sempre trabalhei com investigação jornalística de profundidade e acredito que isso seja algo que nos aproxima do Ministério Público. Além disso, o compromisso com a coletividade e com o bem comum são refletidos nos temas que a gente abraça. Por fim, outro fator que nos aproxima é a necessidade de restaurar a verdade”.

Por isso que, segundo a escritora, a abertura para debates como o que o Congresso proporcionou é de extrema importância. “As relações sociais mudaram, a pandemia mudou nossa forma de viver e comportar. Mas uma coisa que não pode ser perdida é a nossa humanidade e capacidade de se relacionar com o outro, de olhar nos olhos. Por isso, estar aqui hoje, abrindo esse diálogo com o MP, é uma valorização, tanto do trabalho do Ministério Público quanto do jornalismo, fator que é muito relevante e positivo para ambos”.



Cleber Masson destaca principais atualizações legislativas do Direito Penal

O Promotor de Justiça do MPSP, palestrante e autor de obras na área jurídica, Cleber

Masson, deu início às palestras do segundo dia de evento, trazendo à tona as princi-

pais atualizações do Direito Penal.

O palestrante abordou o

papel do Ministério Público frente a essas mudanças legislativas: “Nós percebemos as legislações e a jurisprudência avançando contra as correntes do Ministério Público. O que venho debater com os colegas aqui no Congresso diz respeito a uma atuação estratégica do Ministério Público, para ocupar-se menos com o volume e buscar mais a efetividade. A sociedade clama por Justiça. Vemos cada vez mais a população insegura e o MP perdendo no campo de batalha. É preciso reverter isso”, explicou.



Painéis abordam temas atuais no Congresso

Os painéis promovidos pelo Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais trataram de temas atuais e pertinentes à sociedade e à instituição. O painel sobre “Sustentabilidade e desenvolvimento econômico: a importância da interação entre os atores” foi presidido pela 2ª Diretora Financeira da AMMP e Presidente da Fundação Escola Superior do MPMG, Junia Barroso Oliveira Balsamão.

O painel contou com dois enfoques: o primeiro abordou o meio ambiente, com a participação do Promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto, José Fernando Coura (Sindiextra) e Humberto Alves de Vasconcelos Lima (Future Carbon Group).

O Promotor de Justiça frisou a importância de se falar deste tema no Congresso. “Desde 2014, o sistema de controle de atividades de mineração começou a ruir. Tivemos, em 2015, a tragédia da Samarco, em Mariana e posteriormente a de Brumadinho, com a Vale. Tudo isso revelou um direito ambiental e sistema de controle de barragem simbólicos”, diz.

Ele reforça que esses momentos foram decisivos para o MP. “Hoje acumulamos experiência de todos esses anos e de brilhantes colegas que passaram na atuação do meio ambiente. Ela não é de uma geração e não terminará com ela. Nós estamos há muitos anos trabalhando na defesa da sociedade mineira”.

O segundo enfoque do painel tratou do direito do consumidor, com o Promotor de Justiça Fernando Rodrigues Martins, Carlo Rodrigo Faccio (Instituto Combustível Legal), Guido Silveira (Ipiranga) e Silas Rivelli Jr (CNSEG).



Fernando Rodrigues Martins destacou o que o Código de Defesa do Consumidor contribuiu para o Brasil, seja com políticas públicas, Procons e defesa dos mais vulneráveis. “O que nós passamos para nossos colegas é que temos que atuar de maneira firme, utilizar as nossas ferramentas, que foram feitas pensando na dignidade institucional, como ação civil pública, inquérito civil público e os instrumentos do Procon. É necessário todo o sistema

estar unido para promover a defesa do consumidor através dos nossos canais”.

Encerrando o ciclo de painéis, foi abordada a temática da saúde mental no trabalho no âmbito do Ministério Público pela psicóloga e pesquisadora Silvia Generali e sob presidência do Promotor de Justiça Luciano Moreira de Oliveira, os quais destacaram a importância de falar sobre saúde mental dentro do Ministério Público, tema que precisa de um gran-

de desenvolvimento.

“O Conselho Nacional do MP fez uma pesquisa envolvendo membros e servidores e identificou fatores de risco e fatores de proteção relacionados ao trabalho, ou seja, circunstâncias que são favoráveis ao adoecimento. Dentro desse contexto, é essencial quebrarmos tabus, buscar encontrar as causas do adoecimento, trabalhar na prevenção e mitigarmos os fatores de risco”, finaliza a pesquisadora.

Painel da Academia de Letras valoriza a literatura no âmbito do MP

A Academia de Letras do MPMG teve um momento especial no Congresso. O painel teve a participação do ex-presidente da AMMP, Joaquim Cabral Netto, da acadêmica e Procuradora de Justiça aposentada, Selma Maria Ribeiro Araujo, e do presidente da Academia e Procurador de Justiça aposentado, Duarte Bernardo Gomes.

O presidente destacou: “A Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais é uma instituição cultural fundada em 14 de dezembro de 2012, data em que se comemora o Dia Nacional do Ministério Público. O nosso objetivo é o cultivo da língua nacional e das literaturas brasileiras e internacionais. Para isso, promovemos em nossas atividades a congregação dos membros do MP”.

Sobre o corpo acadêmico da Academia de Letras, o Presidente explica: “Atualmente compõe-se de 40 cadeiras efetivas com seus respectivos patronos. Hoje, são ocupadas



28 cadeiras de acadêmicos efetivos, com uma produção literária recorrente. Todos os textos produzidos estão publicados na revista do Minis-

tério Público de Minas Gerais”. Em sua fala, ele homenageou o saudoso primeiro presidente da instituição, Luiz Carlos Abritta, e demais acadêmicos

importantes para a Academia que já nos deixaram.

O ex-presidente da AMMP e Procurador de Justiça aposentado, Joaquim Cabral Netto, ressaltou: “O Ministério Público de Minas Gerais é o único que tem uma academia de letras. Para nossa honra, vários colegas escreveram trabalhos. É através da contribuição dos nossos colegas mineiros, mas também dos de fora que a nossa academia poderá, de fato, transformar-se em um ponto de referência para o MP da América Latina”.

O acadêmico aproveitou a oportunidade para valorizar a importância do Congresso. “Não pode um só integrante planejar ou tentar realizar alguma coisa, pois há determinadas facetas que exigem a anuência da instituição. Para que isso aconteça, em vários aspectos, é preciso que ela se reúna de tempos em tempos para troca de ideias e para verificar como nós estamos diante da sociedade”.

A Procuradora de Justiça aposentada Selma Ribeiro conclamou os acadêmicos a voltarem a participar ativamente da Academia após o recente período de isolamento, além de agradecer o apoio da Associação, que sedia a Academia de Letras. Por fim, convidou os novos membros do Ministério Público que se identificam com a literatura a ocuparem as cadeiras vagas na Academia. “O Congresso, que nos une fisicamente, também nos une por meio da literatura”, reforçando que “o Ministério Público de Minas Gerais prima e incentiva a cultura”.

MANTENHA SEUS DADOS ATUALIZADOS

E FIQUE POR DENTRO DE TUDO O QUE ACONTECE NA ASSOCIAÇÃO!

ATUALIZE SEU CADASTRO COM E-MAIL E TELEFONE:

ENVIE PARA

✉ cadastro@ammp.org.br

☎ (31) 99782-5709

☎ (31) 2105-4878

Anastasia reforça a importância de buscar adaptações diante da inovação

O XIV Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais não poderia terminar de outra forma senão com um olhar para o futuro. Afinal, quais os caminhos do MP diante da inovação e dos avanços do mundo atual? Foi esse o tema tratado pelo Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Antonio Anastasia, na palestra que finalizou o evento.

Para o Ministro Anastasia, a inovação é a palavra da vez, afinal, estamos em uma sociedade tecnológica que avança rapidamente. Por isso, todos precisam encontrar maneiras de acompanhar esse fluxo. “É evidente que o Ministério Público tem um papel de destaque como tutor dos interesses da sociedade e por ser responsável por diversos procedimentos e ações que a defendem frente a essa inovação”.

Ele reforça que, além de sair em defesa do cidadão, o MP precisa também buscar meios de se aliar a essa inovação. “Principalmente para permitir acessos tecnológicos e de direitos subjetivos do povo brasileiro. Este é, de fato, um campo imenso para discutirmos, mas acredito que, desde a Constituição de 88, o Ministério Público se fortaleceu muito. Por isso, todos esses avanços podem auxiliar na criação de um perfil mais moderno e inclusivo, sempre com a participação da sociedade”.

O Ministro reforça toda a relevância da inovação para o futuro do MP, apontando que é preciso cautela, afinal, tantas mudanças podem trazer novos desafios. “Fazendo uma analogia à figura dos caminhos, podemos dizer que, lá atrás, o Ministério Público era uma rua estreita. Hoje é uma avenida larga, com muitas faixas e que permite um fluxo



muito maior de informações e, sobretudo, competências, atribuições e avanços. Com isso, novos desdobramentos vão surgindo, tanto em questões formais como operacionais e práticas. É preciso pensar em meios para permitir que o MP esteja sempre alinhado a essas informações”.

Anastasia reforça que uma das soluções para enfrentar as atualizações de nossa sociedade é buscando o aperfeiçoamento. “Neste sentido, a Associação Mineira do Ministério Público, com toda sua tradição, realiza um trabalho extremamente positivo em prol da categoria e da sociedade mineira. Este Congresso abre o acesso à informação através de personalidades de variados setores como tecnologia e comunicação, o que é muito positivo”, conclui.

FUNCIONALIDADES:

- Carteira digital AMMP SAÚDE
- Acesso a toda a rede credenciada
- Serviços de reembolso
- Demonstrativos de pagamentos

Entre outras informações do plano

Associado e associada, verifique seu e-mail cadastrado na AMMP Saúde após fazer o download para receber suas informações de login!

SAÚDE ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Teses nas áreas criminal e cível foram apresentadas

Durante o Congresso, foram apresentadas e defendidas 22 teses. Ao fim das apresentações, as teses aprovadas nas respectivas salas foram apresentadas em plenária para deliberação.

Os presidentes e coordenadores de sala foram: as Promotoras de Justiça Marília Carvalho Bernardes e Nayara Bernardes Cerqueira Campos, na área criminal; Thaíza Goulart Soares Machado e Dapha-

ne Calábria da Silveira, na área cível e especializada; e os Promotores de Justiça Danielle Cristina Barral de Queiroz e André Valderramas Franco, também na área cível e especializada.

Para conhecer todas as teses do congresso, acesse o site oficial do evento:

<https://congressoestadual2022.amm.org.br/index/teses>



Confraternização e festa de encerramento celebram a união dos associados

Após o fim das atividades do primeiro dia, os congressistas foram convidados para um happy hour animado no O Conde Restaurante. Durante a confraternização, os presentes puderam aproveitar as delícias do cardápio voltado para alta gastronomia e a cozinha internacional contemporânea.

Além da comida farta, os convidados também aproveitaram a animação da música de Daniel Bravo. Ele alegrou a noite tocando clássicos da música

brasileira e i <https://congressoestadual2022.amm.org.br/index/teses>. Ao fim do segundo dia de evento, regado à debates e muita troca de conhecimento e ideias, foi o momento de celebrar. Os participantes se reuniram no BHZ para a festa de encerramento.

A confraternização final foi embalada por uma comida deliciosa e shows contagiantes: Frejat levou alegria para o início da festa, que se encerrou com o som da dupla Rick & Nogueira.



Os efeitos práticos da política penitenciária do Supremo Tribunal Federal: análise do Estado de Minas Gerais

Lucas Francisco Romão e Silva



A execução da pena é uma espécie de “hora da verdade” do exercício do poder punitivo. Durante esta fase, materializa-se o jus puniendi, tomando-se executável a sentença criminal impositiva de sanção ao autor de uma infração penal. Nesta seara, o princípio da legalidade limita a aplicação da execução das penas única e exclusivamente à previsão legal¹.

A Lei n.º 7.210/84² estabelece que a pena privativa de liberdade é cumprida de forma progressiva, com três degraus, podendo iniciar com a restrição total da liberdade, em estabelecimentos de segurança máxima, no regime fechado, passando pelo regime semiaberto, cumprido em colônias penais

agrícolas ou industriais, e, por fim, avançando ao regime aberto em casa de albergado.

A aplicação prática do regime progressivo de cumprimento de pena está condicionada à implantação de infraestrutura, com a construção de novos estabelecimentos penitenciários, ao lado da adequação dos já existentes³.

Entretanto, em desconformidade ao preconizado na legislação, o Brasil priorizou a construção de novas unidades para cumprimento de pena em regime fechado - penitenciárias, em detrimento de unidades voltadas ao regime semiaberto (colônias penais) e aberto (casa de albergado).

É possível demonstrar essa afirmação em uma consulta ao Sistema Prisional em números do Conselho Nacional do Ministério Público⁴, no qual se contabiliza em território nacional 661 penitenciárias, com 288.160 vagas para regime fechado, 93 colônias penais com 37.791 vagas para regime semiaberto e 36 casas de albergado para 5.163 vagas para o regime aberto, ou seja, 87% das vagas são destinadas ao regime fechado, 11,5% para o regime semiaberto e apenas 1,5% ao regime aberto.

Demonstra-se, assim, uma visão monocular de expansão de penitenciárias, gerando um hia-

to entre a legislação e a prática de execução penal. Essa lacuna resultante na falta de estabelecimentos destinados aos regimes semiaberto e aberto implicou em violações aos direitos dos indivíduos privados da liberdade pelo Estado.

Com efeito, litígios estruturais concernentes à execução penal foram trazidos ao Supremo Tribunal Federal com o desiderato de reduzir o descompasso entre o que dispõe a legislação brasileira e o que se vê na prática do cumprimento de pena no Brasil. Destacam-se dois dos principais julgamentos desta estirpe no STF, relacionados diretamente ao objeto do presente estudo.

No julgamento do HC 95.334/RS, o STF conferiu nova roupagem normativa para o cumprimento de pena no regime aberto. Em razão da incúria estatal para implementação das casas de albergado, concluiu-se que o rol normativo de situações viabilizadoras da prisão domiciliar não é exaustivo, cabendo a concessão do benefício ao reeducando em regime aberto, se houver falha do aparelho estatal para disponibilização de estabelecimento penal adequado. A concessão da prisão domiciliar teria uma condição resolutive: a implantação da estrutura de casa de albergado.

Em Minas Gerais, conforme

dados atuais do SEEU⁵, vislumbra-se que os **indivíduos em cumprimento de pena no regime aberto são a maioria das pessoas em execução de pena privativa de liberdade**: 33.791 no total, sendo 1.398 alocados em estabelecimento penal e 32.393 em recolhimento em residência. **Logo, a exceção tornou-se regra na execução penal, tendo o Estado abandonado os investimentos no regime aberto, o qual passou a ser cumprido em prisão domiciliar.**

Conquanto “solucionada” pelo STF a omissão do Estado em investir em estabelecimentos penais destinados ao regime aberto, a situação remanesce no tocante ao semiaberto, pois mesmo quando beneficiados ao regime intermediário, os detentos permanecem em penitenciárias, partilhando o mesmo ambiente com os condenados do fechado, aguardando a disponibilização de vagas.

Essa questão foi debatida no STF, em 2016, no RE 641.320⁶. Determinou-se que a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção de condenado em regime prisional mais gravoso, estabelecendo um “controle de adequação” a ser realizado pelo Poder Judiciário. Os magistrados fiscalizariam o estabelecimento penal com

o escopo de avaliar a viabilidade para cumprimento de pena em regime semiaberto e aberto, aceitando-se inclusive aqueles não qualificados como “colônia agrícola ou industrial” e “casa de albergado”. Realizada a vistoria, caso os estabelecimentos penais fossem considerados não adequados, haveria três opções ao julgador: (1) saída antecipada do sentenciado no regime com falta de vaga; (2) liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; e, por fim, (3) o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto.

Minas Gerais possui 228 estabelecimentos prisionais, sendo apenas 14 colônias penais (agrícola ou industrial) e 01 Casa de Albergado⁷. Assim, nos demais estabelecimentos que recebiam presos do regime semiaberto e aberto, foram realizadas vistorias determinadas pelo STF aos Juizes das Varas de Execuções Penais do Estado de Minas

Gerais. Após o ato, haveria 02 (dois) resultados possíveis, os quais serão exemplificados com duas comarcas distintas: Unaí e Patrocínio.

Em Unaí⁸, a juíza de Direito atestou que o local, a Penitenciária Agostinho de Oliveira Júnior⁹, era apta para o cumprimento de pena em regime semiaberto, mesmo não se tratando de uma colônia penal. Em Patrocínio¹⁰, a situação foi oposta, a Juíza concluiu que a Penitenciária Deputado Expedito Faria Tavares¹¹ não era adequada para o cumprimento de pena em regime semiaberto. Assim foi procedido em todo o Estado, com a colocação em prisão domiciliar dos indivíduos em cumprimento de pena em regime semiaberto e aberto que estavam recolhidos em estabelecimentos penais classificados como inaptos aos citados regimes.

Conforme recentes números do SEEU¹², em Minas Gerais, no regime semiaberto são 15.379 indivíduos recolhidos no cárcere e 8.763 em cumprimento de

prisão domiciliar (com e sem monitoramento eletrônico), ou seja, 36% cumprem pena na própria residência.

Desta forma, o STF estabeleceu nova fase ao sistema progressivo de cumprimento da pena privativa de liberdade, admitindo-se o recolhimento em residência nos regimes aberto e semiaberto.

Com essa remodelagem do cumprimento de pena, no Estado de Minas Gerais passou a existir pragmaticamente o regime fechado, com a total reclusão do sentenciado na prisão, e os regimes semiaberto e aberto, cumpridos por meio de recolhimento domiciliar, baseando-se no senso de responsabilidade do condenado.

Percebe-se que nos regimes semiaberto e aberto cumpridos de forma domiciliar, o apenado mantém contato em tempo integral com a sociedade, da mesma forma que ocorre no livramento condicional ou em casos de suspensão condicional da pena (sursis). Além disso, com essa equivalência entre os

regimes, indivíduos que recebem penas distintas por crimes diversos, acabam cumprindo a reprimenda de forma idêntica, em nítida violação à garantia constitucional da individualização da pena.

Aliás, ao se conferir a mesma situação (recolhimento em residência) a dois regimes distintos – semiaberto e aberto, equiparando-os, aniquila-se verdadeiramente o espírito da progressividade. Há um regime integralmente domiciliar em que as decisões concessivas de progressão ou de concessão de livramento condicional são meramente simbólicas.

Portanto, são os números, e não as preferências ideológicas ou políticas, que sustentam a necessidade de revisão do modelo, vez que a aplicação prática da política penitenciária do Supremo Tribunal Federal estabeleceu a igualdade entre os regimes aberto e semiaberto que resultou na eliminação do sistema progressivo vigente.

*** O artigo não necessariamente reflete a opinião da AMMP**

7 - CNMP. Conselho Nacional do Ministério Público. Sistema Prisional em Números. **Relatórios BI – Resolução CNMP nº 56/2010**. Versão compilada e atualização online. 2019. Disponível em <https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>

8 - MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. **Portaria n.º 15/2016**. Vara de Execuções Criminais da Comarca de Unaí, publicada em 15.12.2016.

9 - MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. **Penitenciária Agostinho de Oliveira Júnior**. Disponível em: https://www.mg.gov.br/instituicao_unidade/penitenciaria-agostinho-de-oliveira-junior

10 - MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. **Portaria n.º 2/2016**. Vara de Execuções Criminais da Comarca de Patrocínio, publicada em 29.07.2016.

11 - MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. **Penitenciária Deputado Expedito Faria Tavares**. Disponível em: https://www.mg.gov.br/instituicao_unidade/penitenciaria-deputado-expedito-de-faria-tavares

12 - Pesquisa no SEEU realizada em 30 de maio de 2020. <https://seeu.pje.jus.br/seeu/>

1 - GONÇALVES JÚNIOR, Ulysses de Oliveira. Panorama do sistema prisional no Brasil sob a perspectiva do Judiciário. In: MORAES, Alexandre Rocha Almeida de et al. (Org.). **Execução Penal**: diferentes perspectivas. Salvador: Editora Jus Podivm, 2017. p. 224.

2 - BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm

3 - ALBERGARIA, Jason. **Comentários à lei de Execução Penal**. Rio de Janeiro: Editora Aide, 1987. P. 197

4 - CNMP. Conselho Nacional do Ministério Público. Sistema Prisional em Números. **Relatórios BI – Resolução CNMP nº 56/2010**. Versão compilada e atualização online. 2019. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>

5 - Pesquisa no SEEU realizada em 30 de maio de 2020. <https://seeu.pje.jus.br/seeu/>

6 - BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. RE 641.320/RS**. Relator (a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 11.05.2016. DJe-159 DIVULG 29-07-2016 PUBLIC 01-08-2016. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=11436372>

AMMP distribui lanches e cobertores para pessoas em situação de rua

Durante o inverno, a população que reside nas ruas fica ainda mais vulnerável, pelo frio, pela fome e pela menor circulação de pessoas. Pensando nisso, a AMMP Solidária realiza campanhas anuais de inverno entre seus associados visando a arrecadar doações e fundos para a compra de cobertores e comida.

Na noite de 11 de julho, a AMMP Solidária partiu para regiões de Belo Horizonte que concentram pessoas em situação de rua, como Praça da Assembleia, Praça do Bonfim e Avenida Olegário Maciel. Durante a ação, foram distribuídos 200 kits de comida com cachorro-quente e suco e 200 cobertores.

A campanha de agasalhos teve seu fim no dia 31 de julho, mas ainda é possível contribuir com os projetos da AMMP Solidária. Para saber mais sobre nossas ações ou sugerir algum projeto para ser auxiliado, entre em contato pelo e-mail: secretaria@ammp.org.br.



As hepatites virais no Brasil

As hepatites virais são um grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo, por serem, na maioria das vezes, silenciosas, sem sintomas, com alta virulência na fase aguda e causarem alterações hepáticas na fase crônica. No Brasil, as hepatites virais mais comuns são causadas pelos vírus A, B, e C, sendo raras as hepatites causadas pelo vírus D e E.

As hepatites B e C são as principais causas de doença hepática crônica, cirrose hepática e carcinoma hepatocelular (câncer), por esse motivo, é questão de preocupação para Ministério da Saúde.

A **Hepatite A**, também conhecida como hepatite infecciosa, é uma doença transmissível causada pelo vírus HAV, que geralmente não apresenta sintomas na fase inicial, tendo uma evolução normalmente benigna e letalidade baixa. A transmissão ocorre de forma fecal-oral devido principalmente às condições precárias de saneamento básico, de higiene pessoal e de alimentos contaminados. A estabilidade do vírus no meio ambiente e a grande quantidade expelida nas fezes contribuem para a sua alta virulência e transmissibilidade.

Os sintomas são inespecíficos, podendo se manifestar inicialmente como fadiga, mal-estar, febre, dores musculares, seguidos enjoo e dor abdominal leve. A icterícia, caracterizada por urina escura, pele e olhos amarelados, pode aparecer também nesta fase aguda. O diagnóstico é feito com exames de sangue que detectam a presença de anticorpos anti-HAV IgM em infecção inicial ou anti-HAV IgG, em infecção tardia.

A doença é totalmente curável quando todas as recomendações médicas são seguidas corretamente, como uma dieta adequada, repouso e evitar automedicação para diminuir a toxicidade hepática. Porém, a vacinação é essencial, pois, além de segura, gera imunidade permanente e está disponível pelo SUS como parte do Calendário Nacional de Vacinação para crianças.

A **Hepatite B**, também chamada de soro-homóloga, é uma doença infecciosa e transmissível causada pelo vírus B que está presente no sangue, no esperma e no leite materno, sendo considerada como uma doença sexualmente transmissível. Na maioria dos casos, a Hepatite B não apresenta sinto-

mas ou são sintomas leves como febre baixa, mal-estar e fraqueza, podendo ser diagnosticada décadas após a infecção. A confirmação ocorre através da pesquisa do antígeno do HBV (HBsAg), que pode ser feita por meio de teste laboratorial ou teste rápido, que é disponibilizado amplamente pelo SUS.

A Hepatite B aguda não tem tratamento específico, mas quando se torna crônica, ou seja, quando os sintomas duram mais de 06 meses, existem medicamentos disponíveis pelo SUS para controle destes sintomas.

A transmissão da Hepatite B ocorre através de sangue contaminado (como da mãe infectada para o filho durante a gestação ou parto); do compartilhamento de materiais seringa, agulhas, objetos de higiene pessoal, lâminas de barbear e depilar, escovas de dente, alicate de unhas e objetos perfuro-contusos; ou através de relações sexuais desprotegidas. A vacinação é a forma mais segura de prevenção e está disponível no SUS.

A **Hepatite C** é um processo infeccioso e inflamatório causado pelo vírus C da hepatite e pode

se manifestar na forma aguda ou crônica, sendo mais comum a segunda forma. A doença tem caráter silencioso que evolui sorrateiramente, sem sintomas, causando um processo inflamatório persistente no fígado.

A transmissão do HCV pode acontecer através de contato com sangue contaminado no compartilhamento de agulhas e seringas; falha de esterilização de equipamentos médicos, odontológicos, de manicure e de tatuagem; em procedimentos invasivos (como hemodiálise, cirurgias, transfusão) sem os devidos cuidados de biossegurança; em relações sexuais sem o uso de preservativos (menos comum); durante a gestação ou parto (menos comum).

O diagnóstico é realizado através de testes rápidos, exame sorológico e teste de biologia molecular (HCV-RNA), todos gratuitos e disponíveis no SUS. Apesar de não existir uma vacina para hepatite C, existe tratamento com chance de cura através de medicamentos antivirais específicos, evitando-se, assim, as complicações da doença.

Dra. Nubia Loureiro

FONTES: Secretaria de Saúde do Estado de MG e Ministério da Saúde

NOVOS CONVENIADOS

AD SAUDE EIRELI	Avenida Getúlio Vargas, 1005, sala 102, Centro, Uberlândia - (34) 3236-0101	Cardiologia
CBM OFTALMOLOGIA SERVICOS MEDICOS EIRELI	Rua Martim de Carvalho, 723, sala 604, Santo Agostinho, Belo Horizonte - (31) 3292-8364	Oftalmologia
CENTRO CLINICO MULTVITALI LTDA	Rua Doutor Constantino Paleta, 171, sala 201, Centro, Juiz de Fora - (32) 98709-9499	Psicologia
CLINICA DE FRATURA E ORTOPEDIA / CLÍNICA FORT	Rua Sebastião Felipe Santiago, 12, Vila Verde, Varginha (35) 3690-4613	Ortopedia e Traumatologia
P A OLHOS SERVIÇOS MEDICOS LTDA	Avenida Prefeito Tuany Toledo, 21, 2º andar, Fátima II, Pouso Alegre - (35) 3425-3132	Oftalmologia

CANCELAMENTOS DE CONVÊNIOS

CENTRO PSICOTERÁPICO LTDA

Avenida Bandeirantes, 1929, Serra, Belo Horizonte (31) 3225-4622
Psiquiatria

INGRID PIMENTEL CUNHA MAGALHAES DE SOUZA LIMA

Avenida Pasteur, 40, sala 306, Funcionários, Belo Horizonte (31) 3213-4333
Alergologia e Pediatria